

RELATORIA FÓRUM DA INTERNET NO BRASIL 2023

AUTORIA: CONEXÃO MALUNGA

INFORMAÇÕES BÁSICAS DO WORKSHOP

Título e tema do Workshop: INTERNET COMO DIREITO FUNDAMENTAL - QUALIFICANDO DIVERSIDADE NO BRASIL

Formato:

Proponentes e co-proponentes:

Proponente: Mariana Gomes da Silva Soares

Co-proponente: Ana Carolina da Hora

Palestrantes:

Caio Gomes - Único: Físico, CDO na startup Único. Divulgador científico no Youtube. Interessado nos temas Matemática Financeira, Inteligência Artificial e Econofísica.

Keila Guajajara - ANMIGA: Jornalista por formação, especialista em produção de conteúdos com narrativas de indígenas mulheres. Sou mãe, e atualmente sou Comunicadora e Mulher Semente da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade - ANMIGA.

Raimundo Miguel Benjamim (Ray Baniwa) - Instituto da Hora: Tecnólogo em Marketing pela Universidade Paulista (UNIP). Mestrando em comunicação e cultura pela UFRJ. Desenvolve trabalhos na área de formação em comunicação com associações de mulheres indígenas na região do Alto Rio Negro, AM. É comunicador indígena da Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro (Rede Wayuri). Pesquisador sobre Governança de Internet e Diversidade no Instituto da Hora/Conexão Malunga.

Anna Venturini - Ministério da Igualdade Racial: é Diretora de Políticas de Ações Afirmativas na Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo do Ministério da Igualdade Racial (MIR). Doutora em Ciência Política (2019) pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Direito do Estado (2014) e Bacharel em Direito (2010) pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Realizou pós-doutorado no Programa Internacional e Interdisciplinar de Pós-Doutorado (IPP) do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Criadora do Observatório de Ações afirmativas na pós-graduação (obaap).

Moderador:

Lucas Tadeu dos Reis - Conexão Malunga: Pesquisador, artista visual e ativista pelos direitos humanos que atualmente ocupa a Coordenação Administrativa-Financeira na Conexão Malunga.

Relatoria: Conexão Malunga.

ESTRUTURAÇÃO DO WORKSHOP

Objetivos e resultados (propostos e atingidos)

Propostas coletadas no formulário " Como promover a diversidade e a pluralidade na internet no Brasil?"
Mobilizações coletivas assumem um papel fundamental na criação de estratégias de enfrentamento.
Facilitando o acesso a internet a diversas etnias, gêneros e gerações.
Convidar quem é desses grupos de diversidade para conversar, propor e executar as ideias, projetos e necessidade de seus grupos.
Priorizar ações afirmativas na governança da Internet, para mitigar o epistemicídio contra pessoas e comunidades negras e indígenas.
Ampliar as possibilidades de inserção e permanência de pessoas negras e indígenas nos espaços de tomadas de decisões; colocar em prática os princípios da Internet no Brasil; com avanços legais, como a de regulação das plataformas.
Necessário corrigir esse lapso que tira principalmente mulheres, pretos, comunidades tradicionais e toda a comunidade LGBTQIAPN+ do eixo de atuação dentro do comitê que gere a nossa internet.
Criando ações efetivas que minimizem e reparem a exclusão digital de pessoas que são colocadas em posições desfavoráveis no campo das TIC's.
Trazendo conteúdos que consigam interagir com pessoas mais velhas e jovens.
Revisão dos algoritmos que privilegiam certos conteúdos/pessoas em detrimento de outros(as) e leis contra notícias falsas.

Justificativa em relação à governança da internet

O tema proposto dialoga com a própria dinâmica da GI no Brasil. Pesquisas como a TIC Domicílios e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), nos mostram que qualificar o acesso nos solicita manejar e interpretar a relação entre indicadores como gênero, território, raça, classe e idade. Este painel baseia-se nas pesquisas dos últimos 17 anos para analisar a aplicação histórica destes indicadores. O campo de estudos e atuação de GI no Brasil também está preocupado com colonialismo de dados, capitalismo de vigilância, uberização do trabalho, discurso de ódio online, temas que aparecem em espaços de diálogo como os Encontros da Rede de Pesquisa de GI e RightsCon. O terceiro setor continua a atuar contra o vigilantismo, o racismo algorítmico e expressões de violências de gênero e xenofobia como *shadowban* (banimento fantasma), assim como o trabalho coletivo contra as fake news, e métricas como a ESG no campo corporativo como tentativa de lidar com as expressões múltiplas do hiato digital. Apesar de compartilhada por meio do decálogo e prevista (sem conceituação) no MCI, ao não termos a diversidade assegurada como camada de direito do acesso à internet, podemos incorrer no equívoco, enquanto ecossistema brasileiro, de pautar os debates do acesso à rede como direito

fundamental sem dar conta do atraso de ao menos 15 anos que convivemos frente às opressões interligadas, como racismo, sexismo, xenofobia e lgbtqiap+fobia. É possível garanti-la fundamentalmente no corpo de decisões sobre a internet. Vale mencionar que em 2022, entre os direitos fundamentais, passou a constar a proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais. Todos estes cenários dizem respeito à garantia de direitos, como à comunicação, ao trabalho, à participação na vida democrática e à terra. Ao lado dos compromissos com os ODS, os direitos digitais possibilitam a emancipação das pessoas por meio do exercício da cidadania. Sua construção pode beneficiar-se de espaços como o FIB.

METODOLOGIA

A proposta é fundamentada na diversidade como essencial para o desenvolvimento da dinâmica de debate. Buscamos compor um time com paridade de gênero e, ao mesmo tempo, nosso painel foi construído completamente por pessoas negras e indígenas, em todos os postos. A escolha esteve atenta à demanda do evento e comprometida com contribuir da forma mais qualificada possível para dirimir as disparidades de oportunidades dentro da governança da internet no país. Por fim, analisamos os mecanismos já existentes para o cumprimento da diversidade no acesso à internet no Brasil e, a partir dos dados coletados, debatemos os desafios enfrentados atualmente, no que se refere à raça, gênero e território, a fim de desenhar um horizonte de garantia dessa diversidade preconizada em documentos oficiais.

Dito isto, o ambiente foi construído de maneira interativa, em que o público foi também convidado a trazer questionamentos e reflexões, que foram mediadas pelos painelistas, além do moderador durante rodadas alternadas de microfone aberto. Avaliamos que poderíamos ampliar o tempo de respostas, mas como a discussão é inicial, buscamos desenvolver ações extra evento para fomentar o debate multissetorialmente:

- Para diversificar e qualificar a ordem das interações com o público participante do FIB 13, durante a semana do evento, a Conexão Malunga disponibilizou em seu Instagram e nos canais de mensageria de participantes fórum, um formulário com a pergunta: **"Como promover a diversidade e a pluralidade na internet no Brasil?"**.
- O formulário coletou somente as respostas e e-mail das pessoas respondentes, dados que foram utilizados para fomentar o debate ao vivo.

Com mediação inicial feita por Lucas Reis, foram apresentados dados sobre acesso e atuação multissetorial na GI. Os ouvintes, remotos e presenciais, responderam num formulário o que pensam quando falamos em diversidade e tecnologia. Cada painalista apresentou suas considerações iniciais à pergunta do debate: Como promover a pluralidade e diversidade na Internet no Brasil? A mediação convidou a plateia a fazer perguntas e comentários voltados para os painelistas, em dois blocos. As propostas mapeadas geraram o relatório da atividade e agenda construída com o público será disponibilizado após o workshop nos canais de comunicação da Conexão Malunga (conexaomalunga.org.br/).

Tipo de Manifestação (posicionamento)	Conteúdo	Consenso ou dissenso	Pontos a aprofundar
---------------------------------------	----------	----------------------	---------------------

ou proposta)		o	
	Caio Gomes - Único (setor empresarial)		
Posicionamento	Traz inicialmente a discussão sobre o tema do workshop (diversidade na GI) pelo ponto de vista racial. "Trabalhei bastante disso nos lugares onde trabalhei", afirma ao compartilhar as experiências de promoção de políticas de diversidade nas empresas que trabalhou no campo de tecnologia.	Dissenso.	Em diálogo com o público, houve a confirmação dessa experiência por meio de outros agentes multissetoriais. O ponto de dissenso está vinculado à necessidade multissetorial de aprofundar a forma como o ecossistema de GI no Brasil olha para "diversidade", com significado ao debate étnico-racial, geralmente vinculado ao termo "gênero" (Ex.: Gênero e Diversidade), sem ainda conseguir ser compreendido de maneira geral pelo campo nas nuances de outros marcadores socioeconômicos que já aparecem como indicadores do acesso no país (como território, idade e classe).
Posicionamento	Indagado pelo público sobre os processos de construção de lideranças em conselhos de todos os setores da governança da internet, por meio de processos de indicação e formato jurídico, Caio comenta que "depende da boa vontade dos outros" o sistema é feito de maneira que um homem negro esteja em lideranças de ongs de direitos digitais, assim como também é um lugar questionado também para indígenas, pessoas com deficiência e LGBTQIAPN+, com obstáculos vinculados ao racismo, sexismo, xenofobia e outras opressões interligadas.	Consenso	Os posicionamentos foram trazidos em resposta ou comentário às questões levantadas pelo público. Há uma compreensão entre agentes multissetoriais de comunidades e grupos afetados diretamente pelo racismo, sexismo, LGBTQIAPN+fobia, xenofobia e outras opressões interligadas, da necessidade de auto-organização em cada setor, assim como diálogo para troca de políticas internas e políticas públicas.
Posicionamento	Há apagamento de pessoas não brancas nos núcleos de discussão e construção da vida pública, incluindo nos espaços de decisão de tecnologia, no Brasil. Caio comenta ainda que o centro é branco, homem e cis, ao reportar que o público do podcast Nerdcast, ao qual integra, assume majoritariamente que pelo tema, ele é um homem branco.	Consenso	O público trouxe a menção a um "não-lugar digital", que reforça que a construção do cenário de governança ainda precisa avançar no que tange diversidade cultural, territorial e outros marcadores.

Proposta	Caio atribui que é preciso mapear as necessidades para compor esses espaços em termos de liderança, dando ênfase em informações cruciais como: Como é que a liderança se comunica? Quais são as estratégias de fortalecimento de pessoas que estão construindo carreiras?	Consenso	A proposta foi recebida positivamente pelas pessoas do painel e do público. Comentários diferentes não foram apresentados publicamente.
Proposta	"Mesmo eu que leio sobre diversidade eu me sinto um impostor porque o quanto pouco alguns pontos a pessoas indígenas e pessoas com deficiência, é importante reconhecer onde nossos vieses estão e o que o lado empresarial podemos fazer".	Consenso	A proposta foi recebida positivamente pelas pessoas do painel e do público. Comentários diferentes não foram apresentados publicamente.
	Keila Guajajara - ANMIGA (terceiro setor)		
Posicionamento	A partir da organização que integra, a ANMIGA (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade), comenta que a primeira vez que ouviu falar do FIB foi através do convite à instituição para compor a mesa. Avalia que a grande proporção do evento, ao observar e acompanhar outras discussões no FIB13 sobre povos indígenas com a pouca presença das comunidades no ambiente, questiona: "será que eles [pessoas que falam sobre pessoas indígenas] ainda não sabem que essa internet ainda não chegou no nosso território? [...] aqui se fala muito em inclusão e diversidade, discutem sobre pautas dos povos indígenas e a gente não se vê lá".	Dissenso	Em diálogo com público, foi demarcada a possibilidade e a necessidade de melhorias na Governança da Internet brasileira a partir da qualificação de representações multissetoriais. Faz-se necessário um reforço na revisão histórica de processos excludentes e sistemáticos que dificultam a presença de pessoas de grupos de diversidade nos lugares de liderança multissetoriais, o que impacta diretamente na GI.
Posicionamento	Analisa que falar da "internet avançada", que muitas comunidades indígenas ainda não acessam, compartilha uma demanda debatida na articulação que integra, a partir do uso de plataformas de mídia social. "Da mesma forma que uma fake news roda o mundo, a gente queria que o ataque que os Guarani kaiowá estão sofrendo rodasse o mundo também em questão de segundos". Aponta "a falta de internet de qualidade" com obstáculo primeiro para garantir que	Consenso	O consenso foi trabalhado entre as pessoas integrantes do painel. Comentários diferentes não foram apresentados publicamente.

	os povos indígenas no Brasil possam "contar a nossa própria realidade".		
Posicionamento	Keila atribui um sentido político à presença digital indígena. "Nós estamos lá para que o mundo todo possa saber o que estamos vivendo em nossos territórios".	Consenso	O consenso foi trabalhado entre as pessoas integrantes do painel. Comentários diferentes não foram apresentados publicamente.
Proposta	Comenta que, a partir da ANMIGA, a formação da organização por meio do movimento de mulheres traz a experiência da promoção da paridade de posições e responsabilidades. "A internet também é nossa, elas têm que nos acolher e quem está dentro delas, tem que acolher", desenvolve em relação aos ambientes de GI, assim como das plataformas.	Consenso	O consenso foi trabalhado entre as pessoas integrantes do painel. Comentários diferentes não foram apresentados publicamente.
Raimundo Miguel Benjamim (Ray Baniwa) - Comunidade Técnica (Instituto da Hora)			
	Ray comenta que o CGI.br é um espaço ainda longe das nossas comunidades. Diz que "o FIB é um espaço que estamos chegando". Reitera, por outro lado, que no trabalho que originou os relatórios [da pesquisa que originou o workshop] "percebemos que são importantes para as políticas públicas. [...] Eles [os indicadores] não contemplam a diversidade dentro do Brasil, ao exemplo do de 2022, a diversidade ainda não está totalmente incluída. O indicador de raça/cor tem preto, pardo e branco como centro do debate".	Dissenso	Ao mesmo tempo que há consenso sobre a necessidade de se ampliar a compreensão no campo sobre os marcadores do debate de "Diversidade", o dissenso está nos sentidos atribuídos. Ora na discussão, "Diversidade" foi questionada como palavra que tem sido entendida pelo ecossistema como "sinônimo" de "raça". Ora, como neste caso, foram trazidas as limitações deste enfoque, apontando a necessidade de aprofundamento.
Proposta	Não precisamos só de espaço do FIB, mas ver e participar dos dados que orientam a construção das políticas públicas. Reformular os métodos para contemplar essa diversidade. "fazermos parte desses relatórios". "Quem são esses grupos de diversidade que compõem o Brasil?".	Dissenso	Em diálogo com o público, identificou-se necessário que o CGI.br/NIC.br (e instituições multissetoriais interligadas) expanda o entendimento sobre os espaços (físicos ou não) reservados à construção da governança brasileira, levando em consideração uma reformulação metodológica que comporte

			comunidades tradicionais e demais minorias (no sentido sócio-político) para que possamos avançar na qualificação das novas políticas públicas.
Proposta	Traz que anualmente os relatórios do CETIC.br trazem aumentos nos índices de acesso à internet no Brasil, mas enquanto pesquisador advindo de uma comunidade indígena indaga "Onde essa internet está chegando". Em seu olhar, a internet é um instrumento para acessar direitos. Os povos indígenas precisam dessa tecnologia para acesso à educação e saúde, "mas principalmente para conseguir fazer a luta pelos nossos direitos", pontua.	Consenso	O consenso foi trabalhado entre as pessoas integrantes do painel. Comentários diferentes não foram apresentados publicamente.
	Anna Venturini - Ministério da Igualdade Racial (setor governamental)		
N/A	A representante governamental teve que cumprir agenda parlamentar de última hora e por isso não pode tecer seus comentários sobre o tema.	N/A	

CONSIDERAÇÕES DA MODERAÇÃO

Lucas (Terceiro setor) trouxe dados do primeiro ciclo da pesquisa "Governança da Internet e Diversidade", na parceria entre Conexão Malunga e Instituto da Hora. O painel é resultado do primeiro ciclo de investigações, que contou com pesquisadores de ambas iniciativas durante o período de março de 2022 a março de 2023. Trouxe também relatos colhidos no formulário aberto durante a semana do FIB 2023 pela Conexão Malunga e disponibilizado pelas redes da iniciativa e nos canais de interação de participantes do FIB.

Através da veiculação destes dados, alguns pontos sensíveis que evidenciam a correlação entre GI e diversidade foram visitados publicamente, lançando ênfase nas experiências de territorialidade das comunidades tradicionais e a disparidade no acesso ao direito à internet vivenciada nos eixos norte e nordeste do país.

Parte da discussão abordada durante o painel se voltou à evidenciação de iniciativas e seus respectivos resultados positivos em ecossistemas brasileiros diretamente afligidos por opressões interligadas, como xenofobia, racismo e lgbtqiap+fobia, a exemplo da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA), apresentada pela painelistra Keila Guajajara, por sua importância na defesa do gozo ao direito à internet por parte da comunidade indígena feminina brasileira.

Como destaque, temos a consonância entre as pessoas panelistas de que se faz necessário ampliar o entendimento e a aplicação da diversidade nos processos de construção de políticas públicas. É pensado que uma reformulação nos métodos participativos e um aprofundamento sobre o entendimento de quais são os grupos de diversidade que compõem o Brasil devem contribuir de forma significativa para assegurar a ampliação do acesso ao direito à internet em um território de escala continental marcado pelo colonialismo.

Lucas articula que é importante combater a opacidade de dados através da reflexão crítica, pois apesar dos relatórios anuais indicarem um aumento na fruição do direito à internet, comunidades com marcadores de diversidade específicos continuam sendo penalizadas pela escassez de políticas públicas direcionadas. Esta insuficiência de estratégias e recursos legais atinge populações historicamente violentadas e as condiciona a impeditivos ao acesso de outros direitos legais, como educação, saúde, lazer e principalmente à necessária articulação de movimentos sociais atuantes na luta por direitos.

Importante salientar que a representante governamental que foi convidada teve que cumprir agenda parlamentar de última hora e não pode emitir mais comentários construtivos à dinâmica do painel a tempo.

RESUMOS DE APONTAMENTOS PARA EXPERIÊNCIAS FUTURAS E SIMILARES

- Aumento do tempo de formulários;
- Fomento a espaços auto-organizados do terceiro setor;
- Fomento à pesquisa ao tema;
- Explicitar centro da discussão a nível demográfico e comunitário, resguardando o multissetorialismo;
- Fomento à fóruns de discussão.

Para conferir o conteúdo atualizado, é possível checar o site conexaomalunga.org.br